

*Geógrafos árabes na Marca Superior de al-Andalus:  
contribuição para a História e a Arqueologia Medieval*

SIMONNE TEIXEIRA

Professora da Universidade Estadual do Norte Fluminense

RESUMO

Este trabalho procura dar a conhecer alguns resultados do uso das fontes escritas, sobretudo aquelas conhecidas como “obras geográficas” que, para nós, equivaleriam à literatura de viajantes e cronistas, na História e Arqueologia Medieval espanhola. O trabalho restringe-se a uma zona concreta - a Marca Superior de al-Andalus - e se detém especificamente na obra de Ahmad ibn ‘Umar ibn Anas al-‘Udrī.

Palavras-chave: al-Andalus; Obras Geográficas; História Medieval.

RÉSUMÉ

Ce travail cherche à analyser la contribution de l'utilisation des sources écrites, surtout celles connues comme des “ouvrages de géographie” que pour nous pourraient être comparés à la littérature des voyageurs et des chroniqueurs dans l'histoire et l'archéologie du Moyen Âge. Il se limite à une aire précise – la Marche Supérieure d'al-Andalus – et se penche spécifiquement sur l'ouvrage d'Ahmad ibn ‘Umar ibn Anas al-‘Udrī.

Mots-clefs: al-Andalus; Ouvrages de Géographie; Moyen Âge.

[...] Ojalá Dios el Altísimo conceda la victoria al Islam en la Península Occidental por medio de nuestro soberano, cumpliendo sus esperanzas de ganar las tierras de los infieles y de dispensar definitivamente a los adoradores de la cruz.

— IBN BATTUTA, geógrafo - séc. XIV

### A conquista muçulmana da Península Ibérica

A CONQUISTA MUÇULMANA DA PENÍNSULA IBÉRICA foi veloz. Essa característica foi amplamente facilitada pela discórdia entre os governantes visigodos e pela indiferença da população hispano-romana, submetida a duras relações de dependência. Para o Islão, representou tão-somente uma etapa de seu processo de expansão, expansão que não apenas permitiu que se demarcasse notável diferença entre a Península Ibérica e os demais territórios europeus, mas também se constituiu como a mais extraordinária ruptura na hegemonia ocidental: um território europeu submetido a um governo de origem oriental. A extensão territorial desse império estendia-se, então, dos Pireneus ao Marrocos, chegando até a Índia, e continuaria expandindo-se pela Ásia e pela África até o século XV.

Al-Andalus – nome que recebeu a Península Ibérica sob o domínio do Islã, entre os séculos VIII e XV – foi a princípio apenas uma província submetida ao califado omeida de Damasco. Com o advento do governo abassida, Adb al-Rahmân I, príncipe omeida que sobreviveu ao massacre de sua família na Síria, dirigiu-se a al-Andalus e reclamou a independência para esse território, sob um regime omeida, fazendo frente às pretensões centralizadoras do califado abassida. O Emirado de Córdoba tornou-se assim a primeira zona islamizada, fora do eixo de influência direta de Damasco.

Apesar da ênfase que se dá ao aspecto beligerante da conquista, que, do ponto de vista da historiografia espanhola tradicional, considera [...] *l'occupation arabo-berbère [...] comme um fait strictement militaire qui introduit dès rapports fiscaux entre le nouvel état et les sociétés indigènes qu'on suppose de rester sans modifications qualitatives* (BARCELÓ e KIRCHNER, 1992, p. 61), o país foi tomado por camponeses, provenientes tanto da Península Arábica como do Egito e do Magreb - sobretudo berberes. Esses povos tomaram como seu esse

novo território que guardava muitas semelhanças com suas terras de origem. Vindos das mais diferentes regiões submetidas ao Islã, estavam longe de compor um grupo étnico homogêneo. Tampouco a população que eles encontraram na Península, composta por hispanos, romanos e visigodos, podia considerar-se homogênea. Apesar disso, a ocupação do território ocorreu em um clima de tolerância política, com respeito às diferenças étnicas e religiosas, sobretudo com relação aos chamados *povos do livro*: judeus e cristãos. Favorecido talvez por esse clima de tolerância, a princípio lentamente, e a partir do Emirado de Córdoba, com mais rapidez, parece que uma expressiva parte da população peninsular converteu-se ao Islão.<sup>1</sup>

Com base nas obras dos geógrafos árabes, tem sido possível aos historiadores e arqueólogos compreenderem inúmeros dados referentes a al-Andalus. Nesse sentido, o entendimento dos assentamentos, com suas áreas de trabalho adjacentes, inseridos em um território casteleiro, tem sido possível por um esforço conjunto que freqüentemente permite elucidar questões importantes. Também essas fontes permitem compreender a estrutura sociopolítica e econômica subjacente às fontes tradicionais, tanto da administração muçulmana quanto daquela produzida pelos feudais, assim como da proveniente da Arqueologia.

#### Geógrafos e obras geográficas

AHMAD IBN ʿUMAR IBN ANAS al-ʿUdrī nasceu em Almería no ano da hégira 393 - 1003 de nosso calendário -, e morreu em Valência em 478 (1085). Quando criança, em companhia de seus pais, passou dez anos em Meca, dedicando-se ao estudo do *Hadit*.<sup>2</sup> Retornou a al-Andalus e continuou seus estudos com outros mestres, entre eles ʿAbd al-Barr, que cultivava a Geografia como uma disciplina a serviço do *Hadit* (LA GRANJA, 1967, p. 2-3). Certamente ʿAbd al-Barr exerceu enorme influência na obra de al-ʿUdrī.

Sua obra era conhecida por citações de outros geógrafos, tais como Yāqūt, al-Qazwinī e al-Idrisī, anteriores a ele. Apesar de ser conhecida a partir de inúmeras referências posteriores (citada sob o nome de *Nizan al-maryan fi l-masalik wa-l-mamalik*), a obra foi, no entanto, dada como perdida. Na década de 1950, Fernando de La Granja, em visita ao Cairo, tomou conhecimento da existência de alguns documentos árabes bastante fragmentados. Para sua surpresa, tratava-se dos textos de al-ʿUdrī, em cuja tradução trabalhou posteriormente (LA GRANJA, 1967).

Na opinião de Fernando de La Granja, al-<sup>c</sup>Udrī utilizou-se das obras de Ahmad ibn Muhammad al-Rāzī e de seu filho <sup>c</sup>Isa, tendo ainda feito uso dos *Anales de la Marca (Ta'rij al-Tagr)*. Certamente recolheu tradições locais em suas viagens, que sabemos ter realizado por afirmar, ele mesmo, haver escutado os relatos ou haver sido testemunha ocular em alguns acontecimentos. Para La Granja

La gran riqueza de topónimos, puntualización de itinerarios, distancias, descripción de cada cora y de cada ciudad, contribuciones e impuestos, etc., amplían en buena medida nuestros conocimientos sobre la España musulmana. Al-<sup>c</sup>Udrī se basa muchas veces en la obra de al-Rāzī, pero es más que seguro que tuvo acceso y utilizó los archivos cordobeses. En muchos puntos aporta sus propias observaciones y recoge los relatos que le parecen de interés (LA GRANJA, 1967, p. 3).

A obra de al-<sup>c</sup>Udrī referente à Marca Superior é muito rarefeita e não deve ser comparada com as que escreveu sobre outras regiões da península - como Córdoba e Valência - muito mais ricas e detalhadas. Para algumas áreas da Marca, podemos, inclusive, considerar inexistentes, como, por exemplo, o *Valle del Huecha*, localizado na atual província de Zaragoza (TEIXEIRA, 1993, p. 459). Observa-se que, com o olhar distanciado, o geógrafo, alheio ao território que descreveu e em geral originário de um grande centro urbano, dedicou pouca atenção às comunidades rurais, preferindo as grandes cidades ou as imponentes fortalezas, assim como os fatos políticos de grande envergadura. Sendo assim, os trabalhos próprios da História e da Arqueologia que pretendem a reconstrução dos espaços agrários andalusinos e de seu território casteleiro muitas vezes permanecem reféns de informações mais esclarecedoras. No entanto, os dados históricos, cuja ênfase recai sobre os rebeldes que afrontaram o Governo Central, concentram inúmeras informações de interesse para a *kūra*<sup>3</sup> de Huesca e de Zaragoza.

Apesar de uma aparente desordem cronológica,<sup>4</sup> al-<sup>c</sup>Udrī demonstrava um zelo importante com as biografias dos personagens que participaram das revoltas e dos conflitos gentílicos nessa zona (LA GRANJA, 1967, p. 3-4). O rigor com que procurou datar as ações dos biografados contribuiu de forma contundente para a compreensão dos restos materiais.

### Arqueologia hidráulica: uma arqueologia para al-Andalus

A ARQUEOLOGIA HIDRÁULICA INSCREVE-SE no estudo das sociedades camponesas andalusias. Em seu artigo “Quina arqueologia per al-Andalus?”, Barceló escreveu:

Se perguntarmos qual o tipo de Arqueologia aplicável ao estudo do al-Andalus, teremos uma primeira e evidente resposta: uma Arqueologia preocupada em entender a estrutura da sociedade andalusí e explicar as pautas que regiam o funcionamento dos processos de trabalho e os movimentos e tensões sociais derivados destes processos. Trata-se portanto de uma Arqueologia que tem por objetivo o conhecimento histórico duma sociedade bem concreta e não uma Arqueologia preocupada consigo mesma, com fugidios e complexos problemas de identidade (BARCELÓ, p. 1992, p. 5).

Os conhecimentos gerados pela arqueologia hidráulica<sup>5</sup> estão essencialmente fundamentados na compreensão dos espaços agrários relacionados ao sistema sociopolítico de al-Andalus. Para Barceló, o que se pretendia não era apenas determinar as origens dos espaços irrigados e seus aspectos técnicos, senão estudá-los, tendo como foco as sociedades que os produziram e os utilizaram (BARCELÓ, apud KIRCHNER e NAVARRO, 1993, p. 121). Os recursos mobilizados para alcançar os objetivos propostos abrangem, a exemplo da Arqueologia extensiva ou da paisagem, vários procedimentos e formas de análises que incluem, além da informação escrita e da análise da toponímia, a interpretação cartográfica e aerofotográfica, a planimetria dos assentamentos e dos sistemas hidráulicos e o registro fotográfico das estruturas arquitetônicas de captação, armazenagem e transporte da água (BARCELÓ, 1988c, p. 195-196).

O entendimento dos espaços agrários andalusinos não se reduz a uma explicação técnica dos componentes físicos dos sistemas irrigados. É fundamental, por exemplo, entender a distribuição social da água e os pactos estabelecidos no momento de sua construção. A distribuição social da água encontrava-se estreitamente vinculada aos espaços hidráulicos, e ambos eram o resultado da gestão social do espaço rural camponês. De fato, o direito ao uso da água era estabelecido pela comunidade regante no momento em que se iniciavam os trabalhos para a sua construção. O espaço hidráulico, no que diz respeito à sua estrutura tanto física como jurídica, refletia as relações estabelecidas entre os diferentes usuários do sistema. É no seu entendimento que residia a base da estrutura social camponesa, calcada em uma intensa coesão social, não apenas da comunidade que compartia um mesmo território, mas também entre as diferentes comunidades que compartilhavam um mesmo sistema hídrico. Esse fator estabelece uma diferença definitiva entre os camponeses andalusinos e o restante dos camponeses europeus no período medieval, submetidos ao regime de servidão feudal.

O que pretendemos dizer é que o espaço irrigado não se restringia a um aspecto tecnológico, senão que era resultado de uma opção social. Essa opção

incorporava decisões que diziam respeito tanto ao processo de trabalho, quanto à organização social do grupo. Dessa forma, a comunidade camponesa adquiria a capacidade política de reter o excedente que produzia, com exceção da parte tributada pelo Estado. Esse poder de decisão nunca foi permitido aos servos submetidos à coerção senhorial de um feudo. A conquista feudal de al-Andalus subverteu as relações sociais de produção, submetendo os camponeses andalusinos ao pagamento de tributos em espécie, levando-os a perder o poder de decisão sobre a produção, afinal, o poder de decidir sua organização social.

Os camponeses andalusinos foram os responsáveis pela introdução de uma importante tecnologia de irrigação que até hoje serve de alicerce à Espanha Moderna. Ainda em nossos dias funcionam os mesmos sistemas de irrigação, construídos por esses grupos que ocuparam a Península a partir do século VIII. Para os então recém-chegados, o país al-Andalus era uma dádiva divina, promessa de fértil abundância. Os relatos dos geógrafos árabes sobre al-Andalus mencionam com fascínio as hortas, os jardins, as quintas, as vinhas e os pastos, que somente se faziam possíveis por meio de um controle absoluto sobre o regime hídrico de cada porção de terra ocupada.

Não há um conhecimento da sociedade em questão alternativo à História, e, nesse sentido, o conhecimento arqueológico é certamente um conhecimento histórico. O estudo das fortificações, povoamentos e espaços irrigados constituem, portanto, um problema histórico. O estudo da sociedade andalusina, abre caminho para reflexões mais amplas, nas quais o feudalismo não se reduz ao único e possível campo conceitual do medievalismo (BARCELÓ, 1988a, p. 23).

Barceló advertia, a partir de uma análise rigorosa, que os registros históricos e arqueológicos eram bastante desiguais. Para o autor, os primeiros ofereciam informações deformantes e fixavam as relações de domínio. Produzidos pelos feudais, expressavam o desconhecimento desses acerca dos espaços irrigados e não reconheciam as hierarquias sociais da sociedade andalusina (BARCELÓ, 1988b, p. 73-75). As fontes escritas, entendidas sem nenhum tipo de preeminência sobre as arqueológicas, [...] *se utilizarán en cuanto ayudan a la interpretación de los restos materiales, pero también al entendimiento de los procesos* (ACIÉN, 1989, p. 140). A documentação arqueológica, em contrapartida, é a documentação propriamente camponesa, possuindo em relação à escrita a característica de ser involuntária.

O primeiro autor a relacionar os perímetros irrigados com o sistema sociopolítico de al-Andalus foi Thomas Glick. Estudando a região de Valência no Levante Espanhol, ele propôs uma analogia entre os procedimentos de

distribuição de água dessa região com os do Oriente, baseado na *fila* o *hilo* – distribuição proporcional de água destinada a um espaço específico.

No ano de 1981, a partir de uma ampla e detalhada pesquisa com base nos dados obtidos da Arqueologia e de fontes textuais, Guichard e Bazzana (apud KIRCHNER e NAVARRO, 1993, p. 121) explicitaram a vinculação

[...] entre los asentamientos de alquerías, mayoritariamente tribales y clánicas, resultado de las inmigraciones beréberes desde la conquista en el siglo VIII, y los espacios agrarios irrigados adyacentes a ellas, en sharq al-Andalus, dentro del marco de los territorios de *huskn*, y propondrían una conexión con modelos magrebíes, debido a la abundante presencia de topónimos tribales y clánicos beréberes.

A associação entre o território de um *hisn* à *alqueria*<sup>6</sup> e ao seu espaço irrigado permitiu o aprofundamento do conhecimento sobre a organização sociopolítica em al-Andalus.

Utilizando-se das obras dos geógrafos árabes, principalmente de al-<sup>c</sup>Udrī, Guichard e Bazzana elaboraram listas de topônimos importantes, que permitiram a identificação de vários *huskn* na região do levante espanhol. Dois geógrafos árabes posteriores a al-<sup>c</sup>Udrī, al-Zuhri e al-Idrīsī, ambos do século XII, permitiram ampliar a lista de *husūn* da época muçulmana, assim como esclarecer melhor a noção de *hisn*. Na Serra do Segura, por exemplo, os autores identificaram trinta e três *husūn*, utilizando apenas o relato de al-Zuhri (BAZZANA et al., 1988, p. 61).

### Os *tugūr* de al-Andalus

PARA ENTENDER COM MAIS EXATIDÃO o significado das fortificações rurais andalusinas – *husūn* –, julgamos necessário elucidar algumas questões relacionadas ao conceito de fronteira – *tağr* – em al-Andalus. O termo *tağr* (*tugūr* pl.) designa as zonas de fronteiras e/ou periféricas de todos os territórios sob o domínio do Islão.

Em al-Andalus, são três as Marcas ou *tugūr*: Marca Superior, Marca Média e Marca Inferior. Com relação à Marca Superior, os geógrafos árabes costumam utilizar algumas variantes, tais como *Marca Extrema* (*al-tağr al-aqsà*), *Marca Mayor* (*al-tağr al-akbar*) ou *Suprema* (*al-a<sup>c</sup>zam*). São freqüentes os casos em que um mesmo geógrafo faz uso de diferentes nomes para referir-se a uma mesma Marca. Al-<sup>c</sup>Udrī, por exemplo, utiliza diferentes termos, como Marca Extrema, Marca Superior, Marca (LA GRANJA, 1967, p. 14-71). O mesmo

geógrafo utiliza ainda outros termos que, possivelmente, se referem aos avanços e recuos dessa zona, com respeito aos feudais: Marca de Zaragoza y Pamplona, Marca de Huesca, Marca de Lérida y Zaragoza (LA GRANJA, 1967, 57-84).

O termo *ṭagr* não faz referência a todo e qualquer território limítrofe, mas apenas àqueles que lindem com a *dār al-harb*, [...] *es decir, aquellos territorios que, no habiendo reconocido la superioridad musulmana, o por no haberse convertido al Islan, son <<exteriores>> a la umma/comunidad*. Não se registra nas fontes árabes o uso do termo para zonas onde colidam territórios muçulmanos (CHALMETA, 1991, p. 16).

O *ṭagr* deve ser visto não apenas como uma linha de fronteira, mas sobretudo como zona fortificada. Essa noção está atestada em textos latinos e árabes. Sénac atesta que o termo *frontaria/frontera* (do latim *frons, frontis*) aparece pela primeira vez em documento latino que se refere à Marca Superior (*al-ṭagr al-A'lā*). Trata-se do testamento de Ramiro I, de 29 de julho de 1059, em que podemos ler a referência à “fronteira de mouros”<sup>7</sup> (SÉNAC, 1992, p. 48-49). O termo só aparece em documentos reais em que se manifestam preocupações com a manutenção do Estado, não sendo nunca associado a domínios senhoriais e eclesiásticos (SÉNAC, 1992, p. 51). O termo *frontera* é, portanto, usado com referência a um espaço específico que contrapõe dois âmbitos culturais:

La frontera oppose deux monde profondément différents: d'une part l'Islan, la terra de mauros, où se trouvent des captifs, et de l'autre illa terra, le royaume aragonais, le monde des monastères que le souverain évoque si souvent, à commencer par San Juan de la Peña (SÉNAC, 1992).

As fontes latinas, atestadas pelas fontes árabes e pela Arqueologia, permitem considerar que o *ṭagr* seja uma zona instável. A fronteira constitui-se mais de uma zona do que propriamente de uma linha divisória.

No século VIII, Alfonso I de Astúrias promoveu uma desocupação de uma ampla faixa entre seu reino e o território sob domínio muçulmano, a qual poderia ser qualificada de um deserto humano. Para ambas as partes, essa era uma zona instável, que oscilava conforme os resultados das escaramuças entre os feudais e os muçulmanos. Sua configuração era, portanto, sempre o resultado de uma dinâmica de expansão ou retração. Para os feudais, essa zona situava-se em um contexto claramente militar. Mas essa observação também pode ser vista nos documentos árabes. Maíllo Salgado (1987, p. 99), em seu livro *Vocabulário Básico de História del Islam*, adverte que o número de *kuwar* (*kūra* sing.) em al-Aldalus nos séculos IV/X compreendia um total de 21, *sin contar*



*las marcas (tuḡūr), circunscripciones fronterizas cuyo régimen administrativo en vez de ser civil, como em las coras, era militar. Parece también revelador que, para as kuwar, sempre se nomeava um wālī/governador ou um ʿāmil e [...] para las fronteras lo que hay es um qā'id. Figura cuya presencia confirma que em estas zonas la jurisdicción no es civil sino militar* (CHALMETA, 1991, p. 18).

Nesse sentido, Chalmeta, com base em documentos árabes, afirma que *um estudio del ta'r no puede nunca se estático* [não se podendo simplesmente somar os dados das diversas épocas para entendê-lo], *antes bien, hay que distinguir cuidadosamente entre las distintas fases cronológicas para evitar una imagen <<plana>> y además, que no nos cuadren los mapas* (CHALMETA, 1991, p. 16).

### Husūn

Os HUSŪN OU CASTELOS MUÇULMANOS foram, sobretudo a partir dos anos de 1980, objeto da atenção dos arqueólogos e dos historiadores. Erguidos em uma sociedade diametralmente diferente da sociedade feudal, torna-se cada vez necessário compreender sua função tanto diante do Poder Central - seja o califado ou os Reinos de Taifa - como das comunidades camponesas e seu território (CRESSIER, 1984, p. 180). Uma abordagem importante que desde então vem sendo proposta [...] *es la relación entre estos castillos, su*

*distribución, y la división político-administrativa que se elabora, quizá en etapas sucesivas, a raíz de la conquista musulmana*" (CRESSIER, 1984, p. 180).

O trabalho de Bazzana et al. (1988), já anteriormente mencionado, sobre as fortificações rurais no levante espanhol, procurou justamente explicar essas relações. As fortalezas, apesar de constituírem uma rede, não possuíam um caráter defensivo. Ao que tudo indica, esses *husūn* teriam uma função de refúgio temporal para as comunidades locais, relacionando-se diretamente com as alquerias, possuindo um papel fundamental na organização do território. Em seu trabalho sobre o processo de transição das fortificações muçulmanas para as cristãs, Thomas Glick é enfático em afirmar que *Hisn/qarya complexes were typically associated with meso-scale irrigation systems*. Esclarece ainda: [...] *the castles [...] protect irrigated vegas* [...] (GLICK, 1995, p. 84), reforçando a associação entre os *husūn* e os espaços irrigados.

Os textos árabes, sobretudo os relatos dos geógrafos, são ainda muito importantes para a compreensão exata do papel e da função do *hisn* na sociedade andalusina, uma vez comprovada sua relação com um território a ele associado. Esses relatos apresentam, com frequência, dificuldades originadas pela ampla

variedade de termos árabes usados para referir-se aos núcleos rurais e às fortificações, como já apontou Sénac (1991a, p. 390-391).

Algunos son calificados de mad+na sin tener las funciones o la importancia de una ciudad. Otros reciben la denominación de *husūn* (fortaleza/refugio), pero esta designación debe interpretarse con precaución, puesto que un mismo lugar puede ser nombrado como *hisn*, *qasr*, *sahra*, *qala'a*, *ma'qil*, incluso por un mismo autor.

Essa variação pode dar-se devido a diversos fatores: a origem do autor, a época ou mesmo ao tipo de fontes por ele empregado. Essa diversidade de termos pode expressar igualmente que a noção de *hisn/husūn*, ao contrário do que ocorre no ocidente medieval para as populações andaluzinas, não coincide com a idéia de fortaleza ou um tipo de praça forte.

Na maioria dos casos, a prospecção arqueológica apresenta uma correspondência clara entre os *husūn* e os *Ajz'ā*.<sup>8</sup> A identificação arqueológica das fortalezas e dos assentamentos apresenta alguma dificuldade, dado o fato de os assentamentos serem despovoados e, em ocasiões, destruídos, total ou parcialmente, pelo uso intensivo de máquinas agrícolas. Outros são, em épocas posteriores, recuperados. Pode dificultar, também, o fato de haver casos de reutilização de restos de fortificações, autorizada pelo rei, para a construção de casa e/ou de outras benfeitorias. Há ainda a possibilidade de apresentarem difícil acesso. Em geral, os topônimos dos séculos X e XI podem ser encontrados na atualidade com pequenas variações, embora muitos dos castelos se encontrem em ruína.

Diferentemente do que ocorre para algumas zonas de al-Andalus, sobretudo no Levante e, apesar dos relatos indicarem que os *husūn* eram numerosos, a palavra *hisn* ficou pouco registrada como topônimo na Marca Superior.

A partir de informações baseadas em um critério geográfico-administrativo, oferecidas nas descrições de al-Rāzī, posteriormente complementadas por al-ʿUdrī, tomamos conhecimento da existência de nove distritos na Marca Superior: Tortosa, Tarragona, Lérida, Barbitniya, Huesca, Tudela, Zaragoza, Calatayud y Bārūša, podendo-se desse modo vislumbrar de que maneira estava organizada essa região. Essas circunscrições possuíam dimensões variáveis e quase sempre se encontravam separadas entre si por importantes elementos paisagísticos (rios e montanhas). Com base nesses relatos, alguns pesquisadores advertem que [...] *la división político-administrativa musulmana, que tiene su origen en la división constantiniana de los territorios del Imperio Romano, parece haber sido verdaderamente estable* [...] (ESCO et. al., 1988: p. 7), o que atesta

a antigüidade e a estabilidade dessa divisão. Habitados como estamos a pensar a história como a interpretação das transformações sociais, não tem sido o papel do historiador explicar a continuidade, [...] *muito mais interessante e muito mais difícil de ser explicada do que a mudança* (PRINS, 1992, p. 171). Nesse caso, um estudo que permita compreender essa permanência na vertebração estrutural do espaço, ocupado por sociedades radicalmente diferentes, pode constituir-se em um problema histórico de grande valor.

Os pesquisadores consideram, em geral, a obra de al-ʿUdrī como uma das mais importantes para o entendimento da relação castelo-território. O relato de al-ʿUdrī está cheio de referências aos castelos na Marca Superior, em geral relacionadas às freqüentes rebeliões dos governadores dos *husūn*. Parece claro que esses castelos não conformam qualquer linearidade construtiva, dadas as razões já apresentadas anteriormente. Há inúmeras menções a reconstrução, destruição e assédios de castelos, sobretudo relacionadas às lutas intestinas na Marca, como as aqui destacadas: Lubb ibn Musa (filho de Musa ibn Musa) [...] <<luego volvió al castillo de Viguera y se dedicó a arrasar los castillos vecinos al suyo>> (LA GRANJA, 1967, p. 27). Muhammad ibn Lubb [...] <<fortificó Falces y Caparroso, se apoderó de Monzón y Lérida, y su lealtad fue absoluta. Reconstruyó los castillos de Nájera, Goitor y Viguera, haciendo de estos dos últimos un refugio para los prisioneros musulmanes evadidos>> [década de 870] (LA GRANJA, 1967, p. 33). ʿAbd Allah ibn Muhammad ibn Lubb - <<invitó a Muhammad ibn ʿAbd Allah a conquistar el castillo de Barbastro>> (LA GRANJA, 1967, p. 37). <<El Príncipe de los Creyentes ʿAbd al-Rahman accedió a su demanda, ordenándole que le entregase los castillos de Rueda y Arnedo, ya que Tudela, Tarazona y Borja habían quedado fuera de su autoridad>> (LA GRANJA, 1967, p. 46). ʿAmrus [...] <<construyó muros de piedra en Barbastro y levantó torreones>> [ano 306 - 12 febrro 918] (LA GRANJA, 1967, p. 77).<sup>9</sup>

Outros trechos da narrativa vale a pena destacar:

Muhammad ibn ʿAbd Allah [ibn Muhammad ibn Lubb], que tenía en su poder Viguera y Nájera, hizo las paces con los habitantes de Huesca el lunes 11 de junio, y pidió ayuda a Mutarrif ibn Musa [ibn di-l-Nun] y a Yahya ibn Abi l-Fath. Cuando ambos se reunieron con él, salieron todos contra Pamplona. Los cristianos movilizaron tropas formadas con gentes de Pamplona, Alaba, al-Qila<sup>c</sup> y Yilliqiya, con Urdun [Ordoño] a su frente.

Los muçulmanos fueron desbaratados y se refugiaron en el castillo de Viguera, que no estaba aprovisionado. El inimigo les puso sitio y desalojaron el castillo una vez concedido el amán [graça, perdão ou salvo conduto]. Pero Sanyo ibn Garsiya [Sancho

Garcés] los pilló a traición, los hizo prisioneros y quiso darles muerte, el sábado 12 de muharran del año 310 (12 mayo 922).

Más tarde, Sanyo hizo salir a Muhammad ibn ‘Abd Allah a uno de sus castillos con su caballería, y algunos de sus propios hombres, a los que había comprado, salieron contra él y lo asesinaron, en el año 311 (923-924) (LA GRANJA, 1967, p. 39).<sup>10</sup>

[...]

Muhammad ibn Lubd buscó refugio en el castillo de Aro [identificado por como Arro - Huesca]. Hasin ibn Muhammad le puso cerco, pero se retiró al saber que Esimeno ibn Garsiya [Jimeno Garcés, tío de García Sanches I de Navarra] había salido con sus tropas en dirección a sus terras. Luchó denodadamente contra los cristianos de Pamplona, aniquilándolos en su mayor parte y matando a sus hombres más esforzados (LA GRANJA, 1967, p. 40).

[...]

Muhammad ibn ‘Abd al-Malik, conocido por Ibn al-Tawil, hizo una campaña contra Pallars y conquistó el castillo de Awlaya, haciendo en él más de trescientos cautivos. Dio muerte a la mayor parte de la guarnición y obtuvo considerable botín. Luego arrasó el castillo e incendió sus arrabales. Por la venta de los cautivos que había hecho obtuvo treinta mil dinares, que Muhammad ibn ‘Abd al-Malik destinó a reconstruir la ciudad de Huesca y dejarla en el mejor estado [ano de 290/dezembro 902 - janeiro 903] (LA GRANJA, 1967, p. 60-61).

[...]

‘Amrus continuó su gobierno en Huesca, y recibió del imam Muhammad la orden por escrito de amurallar la ciudad, en el año 261 (874-875). Comenzó, pues, la edificación, y por esto está la inscripción que hay en la puerta llamada Bab Lubun [porta de León?], que reza: <<Esta [puerta] es parte de la obra construida por ‘Amrus ibn ‘Umar, ‘amil del imam Muhammad, Dios le guarde por su fidelidad>> (LA GRANJA, 1967, p. 72).

### Hisn, madīna e espaço agrário na obra de al-‘Udrī

A LEITURA DA OBRA DE AL-‘UDRĪ, referente à Marca Superior, põe em evidência a importância dos espaços agrários e dos rios ou fontes que os alimentam e estabelecem clara conexão entre o espaço agrário, o assentamento e a fortificação.

Existiam na Marca Superior importantes centros urbanos/*madīna*, com perímetros irrigados em seu entorno, sendo o mais importante deles a capital Zaragoza. A respeito dessa cidade diz-nos al-‘Udrī:

Zaragoza es la ciudad que tiene mejor suelo y la más abundante en frutales. Sus frutos son de inmejorable calidad [...]. La ciudad de Zaragoza y la de Astorga son semejantes en cuanto al trazado, la construcción, la fábrica y la solidez. No hay ninguna ciudad que les parezca, si bien Zaragoza tiene mayor extensión (LA GRANJA, 1967, p. 10-11).

Ainda ao descrever Zaragoza, al-<sup>c</sup>Udrī detalhava os rios e fontes que cortavam os distritos, descrevendo com detalhes as áreas por eles irrigadas, as fontes e mananciais que alimentavam suas hortas, mencionando em ocasiões inclusive o tipo de cultivo. Alguns relatos podem ser considerados fantasiosos, mas nem por essa razão menos curiosos:

La fuente de Baltas: Cerca de Baltas hay una aldea en la cual un hay manatial que permanece seco todo el año. En la primera noche del mes de agosto comienza a brotar a agua, y fluye durante toda la mañana siguiente hasta el momento en que empieza a declinar el sol; en este momento puede notarse que el agua va disminuyendo, hasta el final de la tarde. Cuando el sol se pone, queda seco y ya no corre una gota de agua hasta la misma noche del año siguiente. Esto me lo ha contado mucha gente de Zaragoza (LA GRANJA, 1967, p. 13).

A obra de al-<sup>c</sup>Udrī é enriquecedora, indo, em ocasiões, além das simples menções à fertilidade da terra e das hortas no entorno das principais cidades. A existência de fortalezas, de perímetro irrigado, ou mesmo de mesquitas é perfeitamente atestada pelas fontes geográficas. A descrição de outras importantes cidades da Marca Superior e de seu entorno é interessante, como, por exemplo, a de *madīna* de Huesca. O trecho transcrito permite visualizar não apenas a cidade, mas também a existência de acéquias, cujo caudal de água atendia aos banhos e à irrigação. Ao final, o autor descreve com pormenores a variedade de frutas que podem encontrar-se nos seus pomares:

Lindam con Barbitaniya [*Boltaña*] los alfores de la ciudad de Huesca, que queda al Este de Zaragoza. La ciudad es muy buena y grande, de fundación antigua, con hermosos edificios de perfecto acabado. Está situada en la tercera sección de la división de Constantino. Abunda en mezquitas, de las que hay más de sesenta.

Atraviesan la ciudad de Huesca, por la parte que rodea la segunda muralla, dos acequias que llevan agua a dos casas de baños. El agua que sobra de la ciudad riega la vega que se extiende al Sur de ella, que rebosa de frutos hasta la exageración.

Su suelo es de haza generosas y su tierra de buena calidad. Está rodeada de jardines, todos ellos con setos, y de huertos, con las ramas de sus frutales entrelazadas. Existen variedades de manzanas, peras y otras frutas. Tiene frutas nada corrientes, y diversas clases de acerolas y de nísperos. Hay una especie de acerola que se come cuando está en sanzón, y otra que puede conservarse seca. Hay otra especie que se mantiene jugosa durante todo el invierno. La acerola se parece al níspero en el color, pero tiene un sabor muy distinto, mejor que el de cualquier clase de pera (LA GRANJA, 1967, p. 59-60).

De maneira excepcional para a Marca Superior, o entorno de Huesca está muito bem documentado na obra de al-ʿUdrī e de outros geógrafos, como Yqkt e al-Rāzī, se comparado ao da maior parte dos habitats rurais. Piracés, uma das oito fortalezas dispersas no término dessa cidade, foi descrita na *Cronica del Moro Rasis* como uma fortaleza muito povoada, com grande mesquita. Al-ʿUdrī, repetindo seu antecessor, assim a descreveu:

Entre sus fortalezas está la de Bitra Sily [atual Piracés], que es un castillo con su población, que tiene una mesquita aljama. Otro es el castillo de ʿAbarada, otro el de Nuba [corresponde provavelmente a um Castilnuevo], otro el de Robres [Ribas].] (LA GRANJA, 1967, p. 59-60).<sup>11</sup>

Piracés parece ter sido um posto destacado do sistema defensivo do distrito de Huesca, podendo ser considerado, pela densidade populacional e por sua extensão territorial, um dos mais importantes. Esco e Sénac (1987b, p. 150), que realizaram extenso trabalho nessa área, fazendo uso das obras geográficas e realizando um exaustivo trabalho de arqueologia, supunham que Piracés foi um

[...] poste stratégique et centre agricole de premier ordre, puisque placé à la lisière de l'immense et fertile plaine du rio Flumen, ce hisn répondait sans doute à plusieurs fonctions... Le site avait d'abord en change la surveillance et la protection des zones de culture, et devait servir de refuge aux populations dès alentours, em cas de menace ou d'attaque.

Outro enclave, Bolea, comporia o sistema defensivo do distrito de Huesca, segundo as narrativas geográficas árabes. Neste caso também, com anterioridade a a-ʿUdrī, *el Moro Rasis* apresentou o lugar num âmbito essencialmente rural, sob um esquema de divisão territorial particularmente rigoroso, constituído ao redor do *hisn*.

Otro el de Yuluyo, que tiene una preciosa muralla, y entre las casas, intramuros, hay molinos harineros que trabajan continuamente en invierno y verano. Tiene abundantes frutales y olivos y está cerca del Monte de Aragón [*Yabal Arragum*], que es un monte famoso entre los cristianos. El castillo de al-Tan wa-Man [*Peñas de San Miguel y Aman*] son dos peñas entre las cuales corre el río Flumen. Otros castillos son el de Labat [*Labaça*] y el de Basir [*Bastiz*] (LA GRANJA, 1967, p. 60).

[...]

En el año 264 (877-878), Zakariyya' ibn ʿUmar atacó a los habitantes de Huesca y entró en la ciudad, en el momento en que ʿUmar ibn Zakariyya' se había ausentado para ir a Qasr Yuluyo (LA GRANJA, 1967, p. 73).

Esco e Sénac (1987a), que estudaram também esse enclave, consideram que a leitura de al-ʿUdrī permite precisar a estrutura do *hisn*, embora seja fundamental o cotejamento dessa narrativa com documentos latinos. Outrossim, contar com essas informações soluciona a problemática de se ter, em Bolea, pouquíssimos restos materiais.

Entendemos que a definição da formação social em al-Andalus passa, pois, pela compreensão da sua organização socioespacial. Como procuramos demonstrar, os relatos dos geógrafos árabes contribuíram de modo decisivo para o entendimento desse espaço, sobretudo quando cotejado com os dados provenientes da Arqueologia, única forma que, a rigor, permite alcançar um conhecimento mais preciso a respeito da sociedade em questão, essencialmente rural.

A estrutura do Estado em al-Andalus reduzia-se à cidade e a seu entorno, enquanto no meio rural predominavam estruturas tribais, que, desde o primeiro momento, se enfrentavam, como fica explícito em alguns dos trechos aqui transcritos. A existência de uma sociedade segmentada concorda, pois, efetivamente, com a existência de um esquema defensivo na base de castelos-refúgio ou *husūn*.

Uma das maiores contribuições dos textos geográficos talvez seja a toponímia, que cumpre papel relevante no entendimento das sociedades andalusinas, e a sua plasmção no espaço. De notável importância na historiografia espanhola, é facilmente detectável, observando-se a volumosa produção de trabalhos que contam com o seu uso como recurso para o entendimento do espaço rural. Seu estudo impõe uma reflexão mais ampla com respeito às fortificações, aos assentamentos e aos sistemas de irrigação, uma vez que esses elementos são praticamente indissociáveis.

A relação de topônimos obtida nas obras geográficas é importante, mas, em diversas ocasiões, e para algumas áreas específicas, elas são praticamente inexistentes, como já foi mencionado. Em todo caso, não podemos prescindir de cruzar os topônimos obtidos nessas fontes com outras fontes textuais. É nesse sentido que o trabalho do historiador dedicado ao Medieval espanhol, preocupado em explicar a sociedade andalusina, não deve limitar-se apenas a fontes tradicionais. O cotejamento das diferentes fontes é crucial para a identificação dos assentamentos e das fortificações. Sob esse ponto de vista, o complexo *hisn/madinal/perímetro irrigado* deve ser tomado como um artefato, do ponto de vista tanto do arqueólogo, quanto do historiador.

Duas observações finais: o uso dos relatos geográficos como fonte não está livre das armadilhas, seja pelos diversos vocábulos utilizados para uma mesma

estrutura, como pode ser o *hisn*, seja para uma localidade. Em todo caso, é um documento a mais, indispensável e necessário, para uma eficaz análise histórica e arqueológica. É importante observar também a existência de documentação escrita anterior à ocupação muçulmana na Península – romanos e visigodos.

## NOTAS

<sup>1</sup> Esta população abriga-se sob a denominação de mulandí (*muwaladí*) - hispano-cristão que abraçou o Islã durante a dominação muçulmana.

<sup>2</sup> *Hadīr* (pl. *ahādīr*): notícia, narração que, em geral, transmite dados da *sunna* (MAÍLLO SALGADO, 1987).

<sup>3</sup> *Kūra* (pl. *kuwar*): distrito administrativo ou circunscrição territorial que tem como capital uma cidade de certa importância (MAÍLLO SALGADO, 1987).

<sup>4</sup> *A este respecto hay que señalar que las obras geograficas no suelen referirse concretamente a un solo momento o período determinado de la historia de los lugares de que tratan, porque reúnen noticias de várias épocas, y así pueden parecerse <<atemporales>>, por tempranas o tardias que sean. Quando mucho, hacen alguna mención suelta de ciertos hechos muy determinados, siempre aportando las correspondientes fechas* (SOUTO et VIGUERA, 1992, p. 92).

<sup>5</sup> O termo deriva do fato de que a compreensão da sociedade andalusina está pautada no entendimento dos espaços agrários e dos perímetros irrigados a eles associados.

<sup>6</sup> Termo traduzível em português como granja. O termo refere-se, de modo mais apropriado, a uma pequena povoação com população camponesa.

<sup>7</sup> << *pro captivos et pro pontes facere et ad castros de fronteras de mauros qui sunt pro facere*>> (Apud. SÉNAC - UBIETO ARTEA (1962/63): *Cartulário de San Juan de la Peña*, Valência).

<sup>8</sup> *Aýzā'* (sing. *ýuz'*): extensão de terreno variável; *amplias extensiones de terreno [...] comunales exentas al parecer de impuestos. Esto sin embargo, sigue siendo hipotético y no está del todo claro que el ýuz' fuese comunitario y libre de impuestos* (MAÍLLO SALGADO, 1987).

<sup>9</sup> Os trechos que estão entre colchetes foram introduzidos para uma melhor compreensão.

<sup>10</sup> Os trechos que estão entre colchetes constam como nota de pé de página na tradução de Fernando de La Granja e foram aqui introduzidos para uma melhor compreensão.

<sup>11</sup> *Aljama* (do árabe *'al-yami'*): mesquita da oração de sexta-feira.

## REFERÊNCIAS

- ALMANSA, M. A. Poblamiento y fortificación en el sur de al-Andalus: la formación de un país de Huskn. In: CONGRESO DE ARQUEOLOGÍA MEDIEVAL ESPAÑOL, 3., 1989, Oviedo.
- BARCELÓ, M.; KIRCHNER, H. Husun et établissements arabo-berbères de la frontière supérieure (zone de l'actuelle Catalogne) d'al-Andalus. *Castrum 4. Frontière et peuplement dans le monde méditerranéen au Moyen Age*, Madrid: École Française de Rome/ Casa de Velazquez, 1992.
- BARCELÓ, M. Quina arqueologia per al-Andalus?. *Coloquio Hispano-Italiano de Arqueologia Medieval*, Granada, 1992.
- BARCELÓ, M. Feudalismo e historia medieval. In: \_\_\_\_\_. (Org.) *Arqueologia medieval - en las afueras del <<medievalismo>>*. Barcelona: Crítica, 1988.



- \_\_\_\_\_. Los límites de la información documental escrita. In: \_\_\_\_\_. (Org.). *Arqueología medieval - en las afueras del <<medievalismo>>*. Barcelona: Crítica, 1988b.
- \_\_\_\_\_. La arqueología extensiva y el estudio de la creación del espacio rural. In: \_\_\_\_\_. (Org.). *Arqueología medieval - en las afueras del <<medievalismo>>*. Barcelona: Crítica, 1988c.
- BAZZANA, A.; CRESSIER, P.; GUICHARD, P. *Les châteaux ruraux d'al-Andalus - histoire et archéologie des huskn du sud-est de l'Espagne*. Madrid: Publications de la Casa de Velazquez, 1988.
- BAZZANA, A.; GUICHARD, P. Irrigation et société dans l'Espagne Orientale au Moyen Age. *L'Homme et l'eau Méditerranée et au Proch Orient*, Lyon, v. II, 1981.
- CATALÁN, D.; ANDRÉS, M S. *Crónica del moro Rasis*. Madrid, 1975.
- CHALMETA, P. El concepto de Tagr. *La Marche Supérieure d'al-Andalus et l'occidente chrétien*. Madrid: Publications de la Casa de Velazquez/Universidad de Zaragoza, 1991.
- CRESSIER, P. Las fortalezas musulmanas de la Alpujara (Provincias de Granada y Almería) y la división político-administrativa de la Andalucía oriental. *Arqueología Espacial*, Teruel, 1984.
- ESCO, C.; GIRALT, J.; SÉNAC, P. *Arqueología islámica e la Marca Superior de al-Andalus*. Zaragoza, 1988.
- ESCO, C.; SÉNAC, P. Bolea (Huesca): una fortaleza de la Marca Superior de al-Andalus. *Bolskan: Rev. De Arqueología del Instituto de Estudios Altoaragoneses*, Huesca, n. 4, 1987a.
- \_\_\_\_\_. Un hisn de la Marche Supérieure d'al-Andalus: Pieraces (Huesca). *Mélanges de la Casa de Velazquez*. Madrid, t.XXIII, 1987b.
- GLICK, T. *From muslim fortress to christian castle - social and cultural change in medieval Spain*. Manchester: Manchester University Press, 1995.
- \_\_\_\_\_. *Irrigation and society in medieval Valencia*. Cambridge, 1970. (tradução ao castelhano: Regadío y Sociedad em la Valencia Medieval. Valencia: Del Cenía al Segura, 1988).
- IBN BATTJTA. *A través de Islam*. Madrid: Alianza Universidad, 1993.
- KIRCHNER, H.; NAVARRO, C. Objetivos, metodos y practica de la Arqueología hidráulica. *Archeologia Medievale*, Firenze: All'insegna del Gilio, v. XX, 1993.
- LA GRANJA, F. La Marca Superior en la obra de al-Udri. *Estudios de la Edad Media de la Corona de Aragón*. Zaragoza, v. VIII, 1967.
- MAILLO SALGADO, F. *Vocabulário básico de historia del Islam*. Madrid: Akal, 1987.
- PRINS, G. História oral. In: BURKE, Peter (Org.). *A escrita da história - novas perspectivas*. São Paulo: EdUNESP, 1992.
- SÉNAC, Philippe. Frontière et reconquête dans l'Aragon du XI<sup>e</sup> siècle. In: \_\_\_\_\_. (Org.). *Frontières et espaces pyrénéens au Moyen Age*. Perpygnan: Université de Perpygnan, 1992.
- \_\_\_\_\_. Poblamiento, habitats rurales y sociedad em la Marca Suprior de al-Andalus. *Aragón en la Edad Media*, Zaragoza, v. IX, 1991a.
- \_\_\_\_\_. *La Marche Supérieure d'al-Andalus et l'occidente chrétien*. Madrid: Publications de la Casa de Velazquez, 1991b.
- SOUTO, J.; VIGUERA, M. J. Aportación al estudio de una *madina* andalusí de frontera: Tudela. In: SÉNAC, Philippe. (Org.) *Frontière et espaces pyrénéens du Moyen Age*. Perpygnan: Université de Perpygnan, 1992.
- TEIXEIRA, S. A transformação do espaço agrário irrigado *andalusí* a partir da conquista feudal: o domínio do mosteiro de Veruela. In: TEIXEIRA, S. (Org.). *II Jornada de Trabalho*. Campos dos Goytacazes: Universidade Estadual do Norte Fluminense, 1997.
- \_\_\_\_\_. *El dominio del monasterio de Veruela: la gestión de um espacio agrário andalusí*. 1995. \_\_\_\_ f. Tese. Public. Universitat Autònoma de Barcelona, Barcelona, 1995.
- \_\_\_\_\_. As granjas cistercienses do mosteiro de Veruela e o repovoamento do vale do Huecha: província de Zaragoza. In: CONGRÉS D'ARQUEOLOGIA MEDIEVAL ESPAYOLA, 4., 1993, Alacant. 1993. Tomo II.
- UBIETO ARTETA, A. *Cartulário de San Juan de la Peña*. València, 1962/63. 2 v.